



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DITEC/PF

PARECER Nº 39028905/2025 - CPL/DILOG/DITEC/PF

PROCESSO: 08201.000992/2024-04

RECORRENTE: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA

RECORRIDA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

RECURSO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2024 (UG 200406). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADO DE FORNECIMENTO DE GÁS ESPECIAL PARA EQUIPAMENTOS DE ANÁLISES QUÍMICAS E PREPARAÇÃO DE AMOSTRAS. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE PREENCHIDOS. PRINCÍPIO DA BOA FÉ SUBJETIVA; NÃO ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. VÍCIO DE REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. PREMISSA EQUIVOCADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO TÉCNICA PROPOSTA. PROSSEGUIMENTO DO CERTAME.

1. Trata-se de recurso administrativo interposto pelo licitante **Air Liquide Brasil Ltda**, CNPJ 00.331.788/0057-73, (SEI nº 38988703), no âmbito do procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão Eletrônico, sob nº 90012/2024 (UG200406), o qual visa a "contratação de serviços continuado de fornecimento de gás especial para equipamentos de análises químicas e preparação de amostras, visando atender as necessidades da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, conforme estabelecido no edital convocatório e seus anexos (SEIs nº 38707727, 38666978 e 38208623).

2. O recurso é contra ato desta pregoeira que declarou a empresa **White Martins Gases Industriais Ltda**, CNPJ 35.820.448/0018-84, vencedora do Item 1, referente a contratação do serviço de fornecimento de gás nitrogênio - aspecto físico incolor e inodoro, pureza 99,999%, CAS 7727-37-9, cujo valor unitário inicialmente estimado era de R\$ 104,66, que perfaz um total de R\$ 41.865,33(quarenta e um mil oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), conforme descrito abaixo:

Item	Especificação	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Serviço de fornecimento de GÁS NITROGÊNIO - ASPECTO FÍSICO INCOLOR E INODORO, PUREZA 99,999%, CAS 7727-37-9	7727-37-9	M³	400	104,66	41.865,33
TOTAL ITEM 1						R\$ 41.865,33

3. Em 23/12/2024, às 9h00:00, o sistema automaticamente procedeu à abertura do aludido certame, a pregoeira acompanhou a fase do lances. O modo de disputa era o tipo "aberto e fechado", o que permite que na fase dos lances abertos aqueles com indícios de inexequibilidade sejam rejeitados, o que não foi feito, pois nenhum lance apresentado naquela fase de disputa foi considerado inexequível. Já na fase fechada da disputa os lances não podem ser acompanhados pelo pregoeiro, são lances secretamente ofertados pelos licitantes cuja finalidade é evitar qualquer interferência do agente público na fase da disputa.

4. Finalizada de forma automática a fase da disputa, verificou-se que haviam 03 (três) licitantes concorrendo entre si para o item 1 do certame. Dentre as 03 (três) empresas participantes a **White Martins Gases Industriais Ltda** foi a licitante que teve o melhor lance ofertado. Ela ofertou R\$ 35,80 por m³ de gás, a medida que a segunda classificada a empresa **Air Liquide Brasil Ltda** ofertou R\$ 70,64 e a terceira classificada a empresa **IBG Industria Brasileira de Gases Ltda** ofertou R\$ 250,00. Ou seja, diante desse cenário, onde duas propostas estavam dentro do valor estimado e uma proposta estava acima do valor estimado para contratação, foi necessário que a pregoeira redobrasse a atenção para que a sua atuação atingisse da melhor forma a finalidade do certame, que é selecionar a **proposta mais vantajosa para a administração pública**. E assim, o fez ao aplicar uma **interpretação mais teleológica e sistêmica dos termos do Edital**.

1. GÁS COMPRIMIDO Aguardando julgamento		Cidade solicitada: 400 Valor estimado (unitário): R\$ 104.6633			
35.820.448/0018-84	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LT... DF	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 35,8000 -	Negociação: Solicitada Envio de anexos: Solicitado	▼
00.331.788/0057-73	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA DF	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 70,6400 -		▼
67.423.152/0001-78	IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES L... SP	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 250,0000 -		▼

SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS

5. Diante da declaração da empresa **Air Liquide Brasil Ltda**, irredutível, interpôs recurso. Em suas razões, alegou, em síntese, que a empresa **White Martins Gases Industriais Ltda** apresentou declarações assinadas por terceiro sem procuração válida, bem como apresentou declaração apócrifa onde um técnico declarou a condição específica mas foi assinado por outro signatário. Por fim, alegou que há indícios de não conformidade entre os valores da planilha e o preço final ofertado na proposta e que a pregoeira deveria ter diligenciado para verificar a viabilidade da proposta.

6. Em uma análise preliminar, verifica-se que as alegações apresentadas para propor a desclassificação da proposta da empresa **White Martins Gases Industriais Ltda** estão baseadas em premissas e interpretações equivocadas dos fatos, da lei e das demais normas do edital. Isso é evidenciado pelas conclusões equivocadas, interpretação subjetiva das ações da pregoeira e pela ausência de provas materiais irrefutáveis que sustentem suas alegações.

7. Na intenção recursal, a Recorrente manifestou sua intenção de recurso administrativo, nos termos do Art. 165 da Lei 14.133/2021.

DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

8. Nos termos das alíneas "a" e "b", do inciso I, c/c §1º, do Art. 165, da Lei 14.133/2021, compulsado o expediente e sopesada a matéria desenhada, verifica-se inicialmente ser caso de conhecimento do recurso por esta pregoeira, pois foram preenchidos todos os pressupostos para sua admissibilidade, haja vista que observou a tempestividade, a legitimidade e a motivação.

Recursos e contrarrazões

00.331.788/0057-73AIR LIQUIDE BRASIL LTDARecurso: cadastrado

Intenção de recursoIntenção de recurso do julgamento de propostas registrada às 14:40 de 23/12/2024Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 17:05 de 23/12/2024

RecursoRECURSO_DEPTO_DE_POLICIA_FEDERAL_.pdf27/12/2024 11:53:25

Contrarrazões35.820.448/0018-84WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDAContrarrazão registrada

SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES E ERRATA DA PROPOSTA

9. A empresa **White Martins Gases Industriais Ltda** refutou todas as alegações apresentadas pela **Air Liquide Brasil Ltda**, apresentando em síntese nas suas contrarrazões que houve um equívoco na juntada das procurações, mas que tal equívoco é sanável e que sua proposta já foi demonstrada como exequível, inclusive por atender as diligências realizadas pela Polícia Federal, à medida que requer que o recurso seja negado, uma vez que as alegações da recorrente são manifestamente insubsistentes.

TRANSCRIÇÕES DAS RAZÕES E DAS CONTRARRAZÕES

10. Superadas essas ponderações iniciais, registra-se abaixo as alegações da licitante Recorrente e as contrarrazões da Recorrida sobre as questões relacionadas à aceitação da proposta da **White Martins Gases Industriais Ltda**:

Razões Air Liquide Brasil Ltda (Habilitação)	Contrarrazões White Martins Gases Industriais Ltda:(Habilitação)
<div>[...]</div> <div>3. DO MÉRITO</div> <p>A par das normas inerentes ao procedimento licitatório, em especial, a obrigatória observância dos princípios e normas legais pertinentes, data máxima vênia, necessária a inabilitação da Recorrida do Pregão Eletrônico n.º 90012/2024, ao fundamento de que não foram observadas as normas legais e editais.</p> <p>A inabilitação da Recorrida tem respaldo na Lei, haja vista que, a empresa não seguiu os critérios objetivos definidos nos itens a seguir elencados, conforme restará demonstrado, de forma minudente, nos termos abaixo descrito vejamos:</p> <div>3.1. DA AUSÊNCIA DE PODERES PARA A ASSINATURA DAS DECLARAÇÕES.</div> <p>É notório que o edital é publicado seguindo o quanto disposto na legislação que rege a matéria, tendo regras claras que devem ser observadas por todos. Conforme tópico infra que será melhor destrinchado. É A LEI DO CERTAME, e o nobre pregoeiro, extremamente experiente no ramo, é um profundo conhecedor da legislação e da obrigatoriedade de cumprimento do edital.</p> <p>De início, cabe apontar que a signatária das Declarações, Lisis Constâncio Venâncio, não detém poderes para tal, haja vista que a Procuração apresentada pela Recorrida, que supostamente lhe daria os supostos poderes para firmar as referidas Declarações, venceu em 12 de dezembro de 2024, como segue:</p> <div><div>908.221.531-49; 32) Lisis Constancio Ramos, Casada, Gerente de Negócios, Ident: 1327503 SSP/DF, CPF: 585.357.211-34; 33) Lozano Moura Araújo, Casado, Gerente de Negócios, Ident: 1274667 SSP/MS,</div><div>compromissos ou acordos, assinar atas e declarações, podendo, enfim, praticar todos os demais atos em direito permitidos para o pleno e fiel cumprimento do presente mandato. VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. A presente terá validade até 12 de dezembro de 2024. Os poderes ora outorgados deverão ser exercidos e executados pelos outorgados com fiel e integral cumprimento da legislação brasileira em vigor, da lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA), e do Código de Integridade Empresarial da Linde, que são de pleno conhecimento dos outorgados, sendo o descumprimento sujeito às sanções civis e penais cabíveis. O mandato perderá igualmente sua validade, em relação a cada um dos mandatários supra, na hipótese de rescisão de seu vínculo trabalhista com uma das outorgantes.</div><div><div>Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2022</div><div>WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.</div><div>WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA.</div><div>WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.</div></div></div> <p>Assim sendo, cabe salientar que no caso em tela as Declarações foram assinadas por alguém que não detém poderes para o ato, o que torna nulo o ato, e nesse sentido, deixou a Recorrida de cumprir exigência editalícia, haja vista que apresentou Declarações assinada por pessoa que não detém poderes para tanto, uma vez que os poderes outorgados cessaram em 12 de dezembro de 2024.</p> <p>Desta feita, é condição sine qua non a aplicação imediata do quanto disposto no item 6- subitem 6.8:</p> <div><div>6.6. Seria desclassificada a proposta vencedora que;</div><div>6.7. contiver vícios insanáveis;</div><div>6.8. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;</div><div>6.9. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;</div><div>6.10. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;</div><div>6.11. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.</div></div> <p>Assim, consoante o quanto determinado no edital, a proposta de preços deve ser desclassificada, uma vez que as declarações foram firmadas por pessoa que não detinha poderes para tal, o que se traduz em vício</p>	<div>[...]</div> <div>II – DO DESPROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PELA WHITE MARTINS.</div> <div>II (A) – DA REGULARIDADE NAS ASSINATURAS DA PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES.</div> <p>Inicialmente, suscita a CONTRARRAZOADA que “signatária das Declarações, Lisis Constâncio Venâncio, não detém poderes para tal, haja vista que a Procuração apresentada pela Recorrida, que supostamente lhe daria os supostos poderes para firmar as referidas Declarações, venceu em 12 de dezembro de 2024”, acrescentando adiante, ainda, que “o documento que não ostenta assinatura é considerado pelos nossos Tribunais como APÓCRIFO”.</p> <p>Entretanto, ao contrário do que tenta fazer crer a CONTRARRAZOADA, é evidente que as obrigações foram assumidas pela WHITE MARTINS, por meio de pessoa que detém poderes para tanto, tendo havido única e exclusivamente a juntada de arquivo (procuração) equivocada, falha de cunho formal e passível de correção – o que de logo é realizado nesta oportunidade, senão vejamos do documento em anexo</p> <div><div>Fisioterapeuta, Ident: 3.956.140 SSP/SC, CPF: 060.666.219-71; 12) Lisis Constancio Ramos, Casada, Ident: 132.750-3 SSP/DF, CPF: 585.357.211-34; 13) Luiz Andrei Gomes Brandalise, Gerente de Negócios, Ident: 279.089-87 SSP/MT, CPF: 422.855.002-97; 14) Melissa Dechamp da Silva, Solteira, Gerente de Negócios, Ident: 9473881-4 SSP/PR, CPF: 066.379.769-11; 15) Peterson Ferreira Rei de Hungria, União Estável, Gerente de Negócios, Ident: 2.042.735-2 SSP/MT, CPF: 028.102.241-02; 16) Rafaele Frassiní, Bióloga, Ident: 508.752.583-7 SSP/RS, CPF: 820.790.800-91; 17) Roberta Schreiner Ferreira, Divorciada, Gerente de Negócios, Ident: 3103393 SSP-GO, CPF: 029.503.486-61; 18) Roberto Da Silva Cotinik, Casado, Gerente de Negócios, Ident: 4261103 SSP-GO, CPF: 004.045.621-83; 19) Silvia Tatiana Ramos, União Estável, Gerente de Negócios, Ident: 34.385.250-0 SSP/SP, CPF: 304.969.138-75; todos brasileiros, aos quais conferem poderes para, ISOLADAMENTE, representar as outorgantes em licitações públicas, inclusive sob a modalidade Pregão, podendo, para tanto, praticar os atos necessários para representá-las em qualquer modalidade de licitação, usando dos</div><div>recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes ainda poderes especiais para desistir de recursos, interpor, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, firmar compromissos ou acordos, assinar atas e declarações, podendo, enfim, praticar todos os demais atos em direito permitidos para o pleno e fiel cumprimento do presente mandato. VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. A presente terá validade até 05 de dezembro de 2026. Os poderes ora concedidos deverão ser exercidos e executados pelos outorgados com fiel e integral cumprimento da legislação brasileira em vigor, em especial da lei anticorrupção brasileira (12.846/13), da lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA), e do Código de Integridade Empresarial da Linde, que são de pleno conhecimento dos outorgados, sendo o descumprimento sujeito às sanções civis e penais cabíveis. O mandato perderá igualmente sua validade, em relação a cada um dos mandatários supra, na hipótese de rescisão de seu vínculo trabalhista com uma das outorgantes.</div></div> <p>Nesse sentido, cumpre relembrar da possibilidade de complementação e/ou atualização de documentos, conforme prevê o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, recepcionado no instrumento convocatório por meio de seu item 7.13. Além disso, veja-se que, como dispõe o item 7.14, eventuais erros ou falhas poderão ser sanados, aqui compreendendo-se o lapso na inicial juntada do documento incompleto e/ou desatualizado, o que restas devidamente corrigido nesta oportunidade em que a WHITE MARTINS demonstra sem sombra de dúvidas que a signatária da proposta e das declarações possuía e possui plenos poderes para subscrevê-las.</p> <p>E, com isso, é evidente que não se pode falar em documentos apócrifos, na medida em que firmados pela</p>

<div>insanável.</div> <div>Razões Air Liquide Brasil Ltda (Habilitação)</div>	<div>representante legal da WHITE MARTINS, causando ainda acentuada espécie a distorção promovida pela CONTRARRAZOADA ao reportar-se a declaração técnica.</div> <div>Contrarrrazões White Martins Gases Industriais Ltda:(Habilitação)</div>
<div>Não existe qualquer justificativa, bem como NÃO EXISTE QUALQUER DÚVIDA DE QUE A PESSOA QUE FIRMOU AS DECLARAÇÕES NÃO TINHA PODERES PARA TAL, UMA VEZ QUE FOI APRESENTADA NOS AUTOS PROCURAÇÃO VENCIDA, OUSEJA, INCAPAZ DE LHE CONCEDER TAL PODER.</div> <div>Diante dos fatos, as Declarações foram assinadas por terceiro não constante do contrato social e sem ato de procuração válido para tanto, haja vista que a ausência do documento válido para a suposta outorga torna o ato viciado, e nesse sentido, tem-se que a subscritora não é detentora de poderes para subscrever as declarações apresentadas, e esta deve ser desconsiderada, a Recorrida deve ser desclassificada e o certame deve seguir o seu rumo com a habilitação da proponente seguinte.</div> <div>Conforme se verifica, um ato ilegal, impossível de ser convalidado prejudicou diretamente outras licitantes no presente certame.</div> <div>Salienta-se que se a Administração concordar em flexibilizar o descumprimento a um parâmetro mínimo exigido no edital que seja, a Administração poderá incorrer na violação dos axiomas que se extraem dos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório e Isonomia entre os licitantes, vez que as características exigidas para o equipamento interferem na escolha do modelo de equipamento e, consequentemente, no preço ofertado para o equipamento.</div> <div>Vale lembrar que tanto a Administração quanto as licitantes ficam vinculadas ao regramento estabelecido no edital, seja por uma questão de segurança jurídica, seja pela necessidade de se manter um tratamento isonômico entre as licitantes, motivos estes pelos quais a Administração não deve deixar-se seduzir pelas alegações e pedidos formulados pela Recorrida em suas contrarrrazões de recurso.</div> <div>Não obstante o flagrante desacato aos requisitos exigidos no edital, a Recorrida fora declarada habilitada e vencedora do certame, situação esta que vai na contramão dos princípios norteadores da licitação, bem como contraria mandamento expreso na lei, que assim estabelece:</div> <div>Lei Federal no 14.133/21</div> <div>“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).” (grifo nosso)</div> <div>Oportuno destacar que a vinculação às regras estabelecidas no ato convocatório constitui também um mecanismo de segurança jurídica, tanto para a Administração (que ao agir de acordo com as regras estritamente estabelecidas no edital, respalda a sua atuação objetiva), como também para os licitantes (como garantia de que a Administração não atuará de modo a favorecer determinado licitante).</div> <div>Nesse diapasão, se a decisão que classificou, habilitou e declarou vencedora a Recorrida se mantiver, mesmo constatado o não cumprimento do disposto no edital e na lei, configura-se em verdadeira violação ao Princípio da Legalidade, positivado no art. 37 da Constituição da República, in verbis: Constituição Federal 1988</div> <div>Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (g/n)</div> <div>Acerca da Legalidade, esclarece José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra Manual de Direito Administrativo, 8a Edição, Editora Lumen Iuris, Rio de Janeiro, 2001, Pág. 12:</div> <div>“O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita.” (g/n)</div> <div>Nos termos do artigo 662 do Código Civil</div> <div>Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar. Parágrafo único. A ratificação há de ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e retroagirá à data do ato.(grifo nosso) Também a doutrina é unânime:</div> <div>Também a doutrina é unânime:</div> <div>“É obrigação da Administração Pública declarar a inexistência, decretar a nulidade, anular, regularizar seus atos inquinados de máculas, aproveitando-os, ou a alguns de seus efeitos, quando legítima essa conduta. Mesmo tendo havido a preclusão do direito recursal, ou a desistência do recurso, a Administração, constatando o vício, a irregularidade, deverá proclamar a invalidade, pronunciar o aproveitamento, corrigir as falhas, seja de ofício, seja mediante representação de licitante, ou de terceiro interessado.” (FERREIRA, Sérgio de Andréa. IN: GASPARINI, Diógenes (coord.). Pregão presencial e eletrônico. Belo Horizonte: Fórum, 2006, p. 203) (g/n)</div> <div>“A anulação feita pela própria Administração independe de provocação do interessado uma vez que, estando vinculada ao princípio da legalidade, ela tem o poder-dever de zelar pela sua observância.” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanelo. Direito Administrativo. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1998, p. 195) (g/n)</div>	<div>Isso porque, ao contrário do que aduz a AIR LIQUIDE, tal declaração foi firmada pela pessoa jurídica WHITE MARTINS, no ato representada por LISIS CONSTANCIO RAMOS e, em acréscimo, por Verônica Januario Luz, como se depreende de forma clara e inequívoca:</div> <div><div>DECLARAÇÃO TÉCNICA</div><div>A empresa White Martins Gases Industriais LTDA, inscrita no CNPJ nº. 35.820.448/0018-84, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Lisis Constancio Ramos, portador(a) da Carteira de Identidade nº. 1.327.503 SSP/DF e do CPF nº. 585.357.211-34 e seu Representante técnico, o(a) Sr(a) Verônica Januario Luz, portador(a) da Carteira de Identidade nº. 2874812 SSPDF e do CPF nº. 034.196.321-69, DECLARA, sob as penas da lei, que:</div><div><div><div>• Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.</div><div>• Que possuímos conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.</div></div></div></div> <div>Assim, é de se concluir que as alegações da CONTRARRAZOADA são completamente infundadas e insubsistentes, impondo-se que seja desprovido o recurso administrativo interposto por AIR LIQUIDE BRASIL LTDA., com a manutenção da classificação e habilitação da WHITE MARTINS.</div> <div>[...]</div>

Razões Air Liquide Brasil Ltda (Habilitação)	Contrarrazões White Martins Gases Industriais Ltda:(Habilitação)
<p>Desta forma, a invalidação dos atos não tem como objetivo causar prejuízo a qualquer licitante, mas tão somente, não causar prejuízos à Administração e garantir a lisura do procedimento.</p> <p>Desta feita, uma vez determinados os critérios do certame e publicado o edital, este deverá ser estritamente observado pela Administração (o que inclui seus agentes) e empresas participantes.</p> <p>Portanto, para que não se cometa afronta ao PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL e para que não haja afronta aos princípios norteadores da licitação pública, deve o presente processo DESCLASSIFICAR a proposta da Recorrida e retomar o curso do certame.</p> <p>3.2. DA APRESENTAÇÃO PELO RECORRIDA DE DECLARAÇÕES APÓCRIFAS.</p> <p>Conforme se observa, o documento que não ostenta assinatura é considerado pelos nossos Tribunais como APÓCRIFO.</p> <p>Cabe salientar que além de todas as outras Declarações apresentadas pela Recorrida, às quais foram assinadas pela Sra. Lisis Constancio Ramos, uma em especial guarda uma particularidade, como segue:</p> <p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO TÉCNICA</p> <p>A empresa White Martins Gases Industriais LTDA, inscrita no CNPJ nº. 35.820.448/0018-84, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Lisis Constancio Ramos, portador(a) da Carteira de Identidade nº. 1.327.503 SSP/DF e do CPF nº. 585.357.211-34 e seu Representante técnico, o(a) Sr(a) Verônica Januário Luz, portador(a) da Carteira de Identidade nº. 2874812 SSPDF e do CPF nº. 034.196.321-69, DECLARA, sob as penas da lei, que:</p> <ul style="list-style-type: none">Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.Que possuímos conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. <p style="text-align: center;">DISTRITO FEDERAL/DF, firma-se a presente da data de sua assinatura eletrônica.</p> <div><div><p>Documento assinado digitalmente</p><p>gov.br</p><p>LISIS CONSTANCIO RAMOS</p><p>Nome do usuário e e-mail</p><p>Verifique em https://verificar.sig.br</p></div><div><p>CARIMBO DE CNPJ DA</p><p>EMPRESA</p><p>WHITE MARTINS GASES INDS.NORTE LTDA</p><p>Nome: Lisis Constancio Ramos</p><p>RG: 1327503 SSP/DF</p><p>CPF: 585.357.211-34</p><p>Cargo: Gerente de Unidade</p><p>Telefone: Tel: +55 (61) 99261-2442</p><p>E-mail: lisis.ramos@linde.com</p></div><div><p>CNPJ: 35.820.448/0018-84</p><p>Insc. Est. 7329467/00299</p><p>Razão Social: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA</p><p>Endereço: SIA/SUL, QUADRA 03, Nº 1125</p><p>Bairro: SIA-SETOR INDUSTABAST - Brasília - DF CEP 71200-030</p></div></div> <p>Como se verifica, a Declaração Técnica foi firmada pela Sra. Verônica Januário Luz, porém foi assinada pela Sra. Lisis Constancio Ramos.</p> <p>Como anteriormente apontado, a Sra. Lisis Constancio Ramos não possuía em 23 de dezembro de 2024 poderes para representar a Recorrida, haja vista que os poderes que outrora lhes foram outorgados cessaram em 12 de dezembro de 2024, como segue:</p> <p>908.221.531-49; 32) Lisis Constancio Ramos, Casada, Gerente de Negócios, Ident: 1327503 SSP/DF, CPF: 585.357.211-34; 83) Lozano Moura Araújo, Casado, Gerente de Negócios, Ident: 1274667 SSP/MS,</p> <p>compromissos ou acordos, assinar atas e declarações, podendo, enfim, praticar todos os demais atos em direito permitidos para o pleno e fiel cumprimento do presente mandato. VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. A presente terá validade até 12 de dezembro de 2024. Os poderes ora outorgados deverão ser exercidos e executados pelos outorgados com fiel e integral cumprimento da legislação brasileira em vigor, da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA), e do Código de</p> <p>Considerando que a Declaração foi firmada pela Sra. Verônica Januário Luz, que não assinou o documento, e considerando que a subscritora, Sra. Lisis Constâncio Ramos não possui poderes para tal, é de conclusão óbvia que o documento em questão é APÓCRIFO.</p> <p>Portanto, considerando que a Sra Lisis Constancio Ramos não possuía poderes para representar a Recorrida e tampouco firmar qualquer Declaração, todas as demais declarações por ela firmadas são consideradas APÓCRIFAS.</p> <p>Assim, APÓCRIFO é o documento falso ou que não permite aferir sua legitimidade. A falta de assinatura torna o documento apócrifo, sem condições de atestar sua autenticidade, pois, a ausência da assinatura desnuda o documento da necessária e imprescindível formalidade legal.</p> <p>É oportuno esclarecer que a exigência de assinatura nos documentos visa garantir que os mesmos sejam autênticos e expressem a real vontade do licitante, sendo certo que o documento devidamente assinado impede que seu conteúdo seja colocado em dúvida pela própria empresa, na tentativa de eximir-se das obrigações ali firmadas.</p> <p>Nesse sentido, segue a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal:</p> <p>EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrífa, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (RMS</p>	

<div>23640. Relator (a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 16/10/2001, DJ 05-12-2003 PP-00038 EMENT VOL-02 F35-07 PP01268). (g/n)</div> <div>Razões Air Liquide Brasil Ltda (Habilitação)</div>	<div>Contrarrazões White Martins Gases Industriais Ltda:(Habilitação)</div>
<p>Na mesma esteira decidiu o STJ:</p> <p>“ADMINISTRATIVO- LICITAÇÃO- PROPOSTA FINANCEIRA- AUSÊNCIA DE ASSINATURAINVALIDADE. A proposta financeira é o documento mais importante da licitação, por representar o compromisso em realizar os pagamentos. Estando ela sem assinatura, não possui valor probante, sendo inexistente. Segurança denegada”. (STJ- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Classe: MS- MANDADO DE SEGURANÇA– 6105, Processo: 199800984364 UF: DF Órgão Julgador: PRIMEIRA SEÇÃO, Data da decisão: 25/08/1999 Documento: STJ000299288)”. (g/n)</p> <p>Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório:</p> <p>“(…) é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416) (g/n) Outra situação, no Mandado de Segurança nº 6105/DF, em acórdão relatado pelo Ministro Garcia Vieira, o Superior Tribunal de Justiça decidiu o seguinte:</p> <p>ADMINISTRATIVO– LICITAÇÃO– PROPOSTA FINANCEIRA – AUSÊNCIA DE ASSINATURA INVALIDADE. A proposta financeira é o documento mais importante da licitação, por representar o compromisso em realizar os pagamentos. Estando ela sem assinatura, não possui valor probante, sendo inexistente. Segurança denegada. (g/n)</p> <p>Na medida em que os documentos foram apresentados sem assinatura os mesmos se tornam nulos ou a própria inexistência deles é nula. Ocorre que o documento sem assinatura, APÓCRIFO, não tem validade e, por via de consequência, não pode ser aceito por esta Administração.</p> <p>Em que pese os entendimentos, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como, considerando que as normas atinentes à licitação deverão ser sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. Diante da proposta e dos demais documentos sem assinatura, com vistas a satisfação do interesse público, não havendo como incluir na avaliação ofertada eivada de nulidade.</p> <p>É de se destacar que da mesma forma que a Proposta de Preços, as Declarações são documentos que guardam muita importância na licitação, por apresentar o compromisso de entregar o objeto determinado nos preços propostos bem como firmar compromissos e atestar condições pré existentes, e estando eles sem assinatura, não possui valor probante, sendo inexistente, uma vez que a assinatura é requisito de validade jurídica de diversos documentos.</p> <p>OTribunal Regional Federal 2ª Região proferiu:</p> <p>Neste diapasão, tendo a empresa Recorrida apresentado documentos sem assinatura, temos que as Declarações retro apontadas estão APÓCRIFAS, e assim, de acordo com os fatos, disposições legais e doutrinárias ora trazidas, o posicionamento de habilitação não deve ser mantido, com base no quanto acima exposto. “Em se tratando de licitação pública vigi o princípio da estrita obediência ao instrumento convocatório, que vincula tanto a Administração como todos os participantes. Sendo descumpridas quaisquer de suas normas, sujeita-se ao candidato infrator às sanções previamente estabelecidas. No caso, a empresa Agravada foi excluída do certame por desatender aos itens 1.1 e 3 previstos no edital. Qualquer outra solução levada a efeito pela Agravante, que não a de desclassificar a Agravada, provocaria a completa inversão de valores desafiando-se a todos os demais princípios norteadores da Administração Pública. Agravo Provido. Liminar não referendada. ” (TRF 2ª R.– AI 97.02.43008-9-RJ-2ª T.– Rel. Des. Fed. Sérgio Feltrin Corrêa– DJU 23.01.2001– p. 49) (g/n).</p> <p>[...]</p>	

11. Em ato contínuo, registram-se também as alegações da licitante Recorrente e as contrarrazões da Recorrida sobre inexequibilidade da proposta da empresa White Martins Gases Industriais Ltda:

<div>Razões Air Liquide Brasil (Proposta)</div> <div>[...]</div> <div>3.3 DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA RECORRIDA</div> <div>Cabe salientar que em face da Planilha de Composição de Custos apresentada pela Recorrida, que, ao ofertar valores ínfimos para Encargos Sociais, Custos de Uniforme e Despesas Indiretas, existem indícios de não conformidade no preço final apresentado, como segue:</div>	<div>Contrarrazões White Martins Gases Industriais Ltda:(proposta)</div> <div>[...]</div> <div>II (B) – DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA :</div> <div>De outra sorte, a AIR LIQUIDE suscita em seu recurso administrativo que “existem indícios de não conformidade no preço final apresentado” na planilha de composição dos custos da WHITE MARTINS, pelo que pleiteia a realização de diligências pelo Sr. Pregoeiro.</div>
---	---

Razões Air Liquide Brasil (Proposta) DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Descrição	%	Custos	
Item	100,00	R\$ 35,80	
Custo de Produção / Distribuição	27,00	R\$ 9,67	
Encargos Sociais	1,93	R\$ 6,91	
taxa de Administração	0,60	R\$ 2,15	
encargos trabalhistas	0,83	R\$ 2,97	
Seguros	0,40	R\$ 0,14	
Custos de Uniforme	0,20	R\$ 0,72	
Despesas Indiretas	4,00	R\$ 1,43	
Despesas Fiscais	18,00	R\$ 6,44	
Lucro da Empresa	15,00	R\$ 5,37	

Tais fatos impõem à Administração a realização de diligência, para assegurar a viabilidade e segurança da contratação pública, conforme previsto no item 6.13 do edital, que assim dispõe:

6.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, **poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade de proposta.**

A Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 5º e 19º, estabelece a necessidade de que a contratação pública seja conduzida com foco na economicidade e na eficiência, visando a seleção da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração, no entanto, o princípio da economicidade não se limita à busca pelo menor preço, mas exige que este preço seja compatível com a prestação do objeto licitado em conformidade com os requisitos do edital.

Verifica-se que o valor inexpressivo para os Encargos Sociais, Custos de Uniforme e Despesas Indiretas não confere segurança quanto à viabilidade da execução integral do contrato nos padrões exigidos, tampouco que tais valores refletem a realidade fática da Recorrida.

Desta feita, **a ausência de comprovação documental dos custos envolvidos impede uma avaliação transparente e técnica da exequibilidade**, fator essencial para que a Administração, como bem orienta Marçal Justen Filho, "possa assegurar o cumprimento dos interesses coletivos e evitar contratações que, por um preço insuficiente, gerem execução inadequada do contrato" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

O item 6.13 do edital prevê que, diante de qualquer indício de inexequibilidade de uma proposta poderão ser efetuadas diligências, e como se observa, os valores apresentados pela Recorrida divergem expressivamente da média do mercado, o que, conforme entende a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), é elemento indicativo de inexequibilidade, exigindo que a Administração verifique a adequação dos custos apresentados. (a pregoeira solicitou planilha de formação de preço, que foi prontamente atendido pela licitante)

O TCU dispõe que **"a análise de exequibilidade das propostas é obrigação inafastável, sendo dever da Administração realizar diligências, sob pena de comprometimento da vantajosidade da contratação."**

Nesse sentido, considerando os indícios evidentes de que a proposta da Recorrida é impraticável, o Pregoeiro possui o dever de exigir a apresentação da planilha de composição de custos, a fim de que haja uma análise criteriosa dos itens e serviços cotados, em especial a demonstração dos Encargos Sociais, Custos de Uniforme e Despesas Indiretas.

Portanto, a apresentação da planilha de composição de custos que demonstre a aplicabilidade dos Encargos Sociais, Custos de Uniforme e Despesas Indiretas é essencial no presente processo licitatório, pois permitirá a verificação detalhada destes itens que compõem o valor total ofertado, sendo através dela que se comprovará se a proposta está estruturada em valores reais para cobrir adequadamente todos os custos operacionais e materiais para a execução dos serviços.

A jurisprudência e a doutrina são unânimes quanto à importância deste documento, e, segundo Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, "a ausência de comprovação de exequibilidade via planilha de composição impede a Administração de certificar-se quanto à viabilidade de execução dos serviços, representando sério risco de contratação de proposta inexequível" (Licitações e Contratos Administrativos).

Desta feita, no presente caso, a ausência de apresentação da planilha pela Recorrida que demonstre a factibilidade dos Encargos Sociais, Custos de Uniforme e Despesas Indiretas apresentados priva a Administração de verificar a viabilidade e a sustentabilidade econômica da proposta, algo que se torna ainda mais grave diante da discrepância dos valores apresentados para os itens citados, onde a apresentação de um valor expressivamente baixo em relação ao mercado levanta questionamentos acerca da fidedignidade da proposta de preços.

Não diferente aplica-se ao presente caso o princípio da isonomia, fundamental no processo licitatório, e que impõe que todos os licitantes sejam submetidos às mesmas exigências e condições para assegurar a justa concorrência e evitar favorecimentos, e, nesse sentido, a Administração deve exigir de todos os licitantes as comprovações necessárias de exequibilidade, garantindo que a seleção da proposta mais vantajosa seja realizada com base em critérios claros e objetivos.

Permitir que a Recorrida apresente valores inexpressivos para os Encargos Sociais, Custos de Uniforme e Despesas Indiretas, o que resultou num preço substancialmente inferior, sem comprovar sua exequibilidade, implica em tratamento desigual, violando os princípios constitucionais e a transparência do certame.

Assim, cabe ao pregoeiro cumprir o poder-dever da realização de diligência para sanar as dúvidas quanto à viabilidade dos valores apresentados a título de Encargos Sociais, Custos de Uniforme e Despesas Indiretas, onde a ausência de demonstração inequívoca de aplicabilidade da planilha de custos representa desrespeito aos princípios da moralidade e da eficiência.

[...]

Contrarrazões White Martins Gases Industriais Ltda:(proposta)	
E, exatamente como pleiteado pela CONTRARRAZOADA e previsto no edital, realizou-se diligência em 30-12-2024, oportunidade em que a WHITE MARTINS apresentou os esclarecimentos necessários, dando conta de que efetivamente houve erro material na planilha de composição de custos, o que restou de imediato corrigido – sem qualquer alteração nos preços finais propostos, diga -se.	
Na mesma oportunidade, a WHITE MARTINS demonstrou a exequibilidade de sua proposta inclusive por meio de outro contrato firmado com a Administração Pública em que praticados preços inferiores ao do presente certame, cumprindo ainda acrescentar que a diferença a menor decorre do momento em que realizada a licitação que deu origem ao referido preço e da existência de demais gases a serem fornecidos, afora outras peculiaridades.	
Assim, conclui-se pela integral compatibilidade dos preços propostos pela WHITE MARTINS com a execução do objeto do contrato em epígrafe, notada e precisamente diante de singulares condições que revestem a participação da RECORRIDA no certame junto esse ente público, tendo em vista – e dentre outros pontos de natureza comercial – (a) que o local de entrega localiza-se a poucos quilômetros da filial da empresa que prestará os serviços, (b) que o objeto se reveste de baixa complexidade, tornando desnecessária a movimentação de mão-de-obra, (c) que a WHITE MARTINS presta serviços a diversos Órgãos Públicos no Distrito Federal, de modo que o atendimento a ess a Administração é passível de inclusão em sua rota de operação sem excessivas modificações.	
Ademais, é evidente que a decisão pontual acerca dos valores a serem praticados junto a determinado Órgão Público perpassa pela análise interna da empresa frente ao caso concreto e diz respeito à estratégia comercial adotada , não cabendo à licitante concorrente questioná-la sem qualquer embasamento preciso e objetivo, única e exclusivamente por irressignar-se com o resultado do certame, como o fez a CONTRARRAZOADA.	
Acresça-se, ainda, que a vedação ao aceite de propostas manifestamente inexequíveis – e, repita-se, não se tratando do presente caso – decorre exatamente da necessidade de se evitar que a empresa contratada passe a se ver impossibilitada ao cumprimento de suas obrigações diante do recebimento de contraprestação em valores insuficientes para que seus custos sejam cobertos , vindo inclusive a desistir do contrato porventura firmado, ensejando em manifesto prejuízo ao interesse público.	
Todavia, não se verifica tal risco no presente caso, na medida em que a WHITE MARTINS é empresa de grande porte e incontrovers a solvência , o que por si só assegura a execução dos serviços , sendo manifestamente descabida qualquer preocupação no ponto, notada e precisamente diante de sua conhecida e reconhecida excelência na atuação no mercado, de modo que os preços propostos são exequíveis e adequados frente às decisões comerciais tomadas pela WHITE MARTINS no presente caso.	
Com isso – e não se olvidando da própria documentação apresentada para fins de habilitação no certame –, é certa a capacidade técnica e a qualificação econômico - financeira da WHITE MARTINS, não podendo passar em brancas nuvens que a empresa declarou sua ciência e concordância com os termos do edital, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas. Portanto, inexistem elementos que indiquem mesmo que remotamente a inexequibilidade da proposta, devendo ser afastada tal alegação, de modo que, no ponto, já decidiu o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:	
REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS. CONTESTAÇÃO DA HABILITAÇÃO TÉCNICA E DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE ATSTEM INABILITAÇÃO TÉCNICA E INVIABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. CIÊNCIA E ARQUIVAMENTO.	
Há de se ponderar, ademais – e modo especial no caso concreto –, que a finalidade precípua da licitação é obter a proposta mais vantajosa para a Administração P ública, não se mostrando razoável desclassificar empresa que evidentemente possui capacidade técnica e econômico-financeira para executar os serviços e para assim o fazer nos preços propostos, os quais são incontroversamente mais favoráveis ao erário.	
Por fim, ainda que pudesse vir a ser compreendida como inexequível a proposta apresentada pela WHITE MARTINS – e não é, repita-se! –, tal fato sequer configurar-se-i a motivo para desclass ificação da empresa, mas razão para a exigência adicional de garantia, aplicando-se, por analogia, o disposto no art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021. ¹	
Assim, sob qualquer ponto de vista, não calham as alegações expendidas pela AIR LIQUIDE, devendo ser desprovido o recurso administrativo.	
III – DO DIREITO – DA VEDAÇÃO AO FORMALISMO EXC ESSIVO E DA CONSECUÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO.	
Conforme já ampla e exaustivamente exposto, verifica -se que a proposta de preços e a documentação apresentada pela WHITE MARTINS atenderam às exigências constantes no edital, denotando-se de clareza solar de todo o processado que a CONTRARRAZOADA distorce os conceitos atrelados aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, suscitando a vinculação ao instrumento convocatório apenas no que tange às previsões que a beneficiariam e olvidando -se das demais, não assistindo qualquer razão à AIR LIQUIDE quando sustenta o “ferimento do princípio da isonomia”.	
No ponto, e aqui pouco havendo a acrescentar a todo o já declinado, renova -se que toda a atuação dessa Administração, bem como a conduta da própria WHITE MARTINS, deve pautar-se em expressas previsões legais e editais, conduzindo à possibilidade de realização de diligências para fins de habilitação – e, especialmente, para fins de verificação da manutenção das condições de habilitação –, não se tratando de qualquer	

Razões Air Liquide Brasil (Proposta)	Contrarrazões White Martins Gases Industriais Ltda:(proposta)
	<p>Modo especial acerca da realização de diligências, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO vem considerando como um dever a ser observado pela Administração, veja -se:</p> <p>TCU – ACÓRDÃO 1795/2015 - PLENÁRIO “É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, §3º da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.</p> <p>TCU – ACÓRDÃO 3615/2013 - PLENÁRIO “É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993.</p> <p>“FORMALISMO – SANEAMENTO – DEVER TCU determinou observar o Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, no tocante: “1.1.3. à utilização, pela Comissão de Licitação, das prerrogativas conferidas pelo referido regulamento, abstendo-se de inabilitar empresas e/ou desclassificar propostas quando a dúvida, erro ou omissão puderem ser saneados, nos casos em que não importe prejuízo ao interesse público (...)”. Fonte: TCU. Processo nº TC-015.820/2006-2. Acórdão nº 2231/2006 – 2ª Câmara (J.U. Jacoby Fernandes – Vade-Mécum de Licitações e Contratos, 5ª ed., Forum; 2011, p. 136).</p> <p>TCU – ACÓRDÃO 1795/2015 - PLENÁRIO “É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, §3º da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.</p> <p>“2ª Turma: REsp nº 1.190.793/SC, rel. Ministro CASTRO MEIRA: PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO AFASTADA.LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA. AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ANVISA. EDITAL. NÃO-EXIGÊNCIA. (...)</p> <p>3. Não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados. 4. Recurso especial não provido. (DJe 08/09/2010) (sem grifos no original)”. TCU – ACÓRDÃO 1211/2021 PLENÁRIO A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprovatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.</p> <p>Além disso, in casu, a situação ora apresentada se amolda exatamente ao entendimento firmado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO por meio do Acórdão nº 1211:</p> <p>REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprovatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.</p> <p>Conclui-se que, contrariamente ao que tenta fazer crer a AIR LIQUIDE, houve atendimento integral aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, sobrevivendo a habilitação da WHITE MARTINS, ao passo que, mesmo acaso não tivesse sido obedecido o edital em sua totalidade – e, renova-se, o</p>

Razões Air Liquide Brasil (Proposta)	Contrarrazões White Martins Gases Industriais Ltda (Proposta)
	<p>realização de diligências para fins de que, ao fim e cabo, seja selecionada a proposta mais vantajosa, sendo vedada a adoção e/ou tolerância de medidas que restrinjam o caráter competitivo do certame, inclusive se tais medidas forem decorrentes da mais estrita aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, em verdadeiro formalismo excessivo.</p> <p>No ponto, os artigos 5º e 9º da Lei nº 14.133/2021 dispõem</p> <p>Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).</p> <p>Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:</p> <p>I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:</p> <p>a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;</p> <p>b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;</p> <p>c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;</p> <p>O entendimento da jurisprudência, por seu turno, é unânime no sentido de que o formalismo excessivo não deve prosperar, notada e precisamente quando ensejar em restrição da concorrência, calhando destacar que o egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por sua colenda 2ª Câmara Cível, nos autos da AC 70081577991, julgada em 28.08.2019, tendo como relatora a Desembargadora LÚCIA DE FÁTIMA CERVEIRA, assentou:</p> <p>APelação CÍVEL. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068A/2018. PERDA DO OBJETO. INOCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA 24 HORAS, NO ÂMBITO DAS DEPENDÊNCIAS DA ASCAR. INABILITAÇÃO PARA O CERTAME. NÃO ATENDIMENTO DA EXIGÊNCIA DISPOSTA NA LETRA ‘E’ DO ITEM 8.1.1 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. HABILITAÇÃO JURÍDICA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL (JUCERGS). EXCESSO DE FORMALISMO CONFIGURADO. 1. Em que pese a ASCAR tenha personalidade jurídica de direito privado, por figurarem dentre os seus recursos financeiros transferências oriundas de pessoas jurídicas de direito público interno, bem como recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e ajustes celebrados com órgãos ou entidades públicas, submete-se à prestação de contas perante o TCE e tem os seus processos seletivos norteados pelos princípios que regem a Administração Pública. Portanto, pode ser enquadrada como autoridade coatora (art. 1º, § 1º, da Lei 12.016/2009). 2. O mandado de segurança foi impetrado em 18/11/2018, tendo sido deferido o pleito liminar no agravo de instrumento nº 70079948345, em 27/11/2018, determinando a suspensão do certame. Assim, considerando que a homologação e adjudicação ocorreram em 30/11/2018, portanto, após a determinação de suspensão do certame, não há falar em perda do objeto da ação. 3. <u>Em que pese não se negue a rotina de aplicação do princípio da adstrição ao edital nos julgamentos relativos ao cumprimento das exigências formais dos certames públicos, não se pode olvidar que tal entendimento deve ser mitigado, quando evidenciado que o formalismo excessivo afronta diretamente outros princípios de maior relevância, como o interesse público diretamente relacionado à amplitude das propostas oferecidas à Administração Pública.</u> 4. <u>Os termos do edital não podem ser interpretados com rigor excessivo que acabe por prejudicar a própria finalidade da licitação, restringindo a concorrência. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório decorre dos princípios da isonomia e da impessoalidade, e deve ser conjugado com o propósito de garantia à obtenção da proposta mais vantajosa ao Poder Público, o que determina que sejam relevadas simples irregularidades, com a observância ao princípio do formalismo moderado.</u> 5. In casu, a inabilitação da recorrente se deu em razão da não apresentação da certidão exigida na letra ‘e’ do item 8.1.1 (habilitação jurídica), emitida pela Junta Comercial (JUCERGS). Todavia, considerando que não há exigência no edital de apresentação de Certidão, mas sim de cópia do enquadramento da empresa como ME ou EPP, o documento apresentado pela impetrante serve ao desiderato. Ademais, no documento denominado de Enquadramento de Microempresa (ME), declarou a impetrante, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de Microempresa, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no §4º do art. 3º da mencionada lei. Por fim, observa-se que o documento acostado pela recorrente encontra-se devidamente registrado na Junta Comercial, conforme carimbo datado de 11/08/2016. Assim, outra solução não pode ser dada senão a concessão da</p>

Razões Air Liquide Brasil (Proposta)	Contrarrazões White Martins Gases Industriais Ltda:(proposta)
	<p>Reportando-se à fundamentação expendida no AgIn 70079948345, a douta Desembargadora relatora citou as lições de HELY LOPES MEIRELLES:</p> <p>Sobre o tema, ensina Hely Lopes Meirelles: Nem se compreenderia que a administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do processo ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (...) todavia, o <u>edital não é exaustivo, porque normas superiores e anteriores do órgão licitante o complementam, embora não reproduzidas em seu texto.</u></p> <p>Destacando a <u>relevância do princípio da competitividade em observância ao interesse público</u> salienta-se o já há muito assentado pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça, por sua colenda 1ª Seção, nos autos do MS 5693, do qual foi relator o Ministro MILTON LUIZ PEREIRA:</p> <p>Administrativo. Mandado de Segurança. Concorrência para Exploração do Serviço de Radiofusão n. 07/97 – SPO-MC. Disposições Editais. Balanço de Abertura. Exigência ilegal. Lei n. 8.666/93. <u>O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação. (in DJ 22.05.2000, p. 00062)</u></p> <p>Dessa forma, cumpridas as exigências – modo incontest – pela WHITE MARTINS, com a devida e exaustiva demonstração do preenchimento dos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, inclusive com a complementação/atualização ora levada a cabo, sua inabilitação não deve subsistir, impondo -se o desprovimento do recurso.</p> <p>[...]</p> <p>1 Art. 59 (...) § 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei</p>

12. Por fim, a Recorrente e a Recorrida apresentaram seus repectivos pedidos:

Razões Air Liquide	Contrarações White Martins
<p>[...]</p> <p>6. DO PEDIDO</p> <p>Na esteira do exposto, a RECORRENTE PEDE O ACOLHIMENTO desta petição como RECURSO, e</p> <p>1. Seja reconsiderada a decisão de Vossa Senhoria que declarou a WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA habilitada e vencedora deste processo, estabelecendo seu julgamento de acordo com os preceitos e normas que regem as licitações públicas, <u>DECLARANDO A RECORRIDA DESCLASSIFICADA/INABILITADA NO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.</u></p> <p>Caso o (a) Sr (a). Pregoeiro (a) não reforme a referida decisão, encaminhe este RECURSO devidamente informado à Autoridade Superior, em conformidade com o art. 71, da Lei nº 14.133/21.</p> <p>Termos em que, Pede deferimento.</p> <p>São Paulo (SP), 27 de dezembro de 2024.</p>	<p>[...]</p> <p>IV – DO PEDIDO:</p> <p>Isso posto, ante aos argumentos acima expostos e considerando a complementação/atualização dos documentos ora realizada, a RECORRIDA requer seja negado provimento ao recurso, afastando-se as alegações expendidas pela AIR LIQUIDE, uma vez que e manifestamente insubsistente por todas as razões supramencionadas , e mantendo-se a decisão que concluiu pela habilitação da WHITE MARTINS no certame em epígrafe.</p>

DA MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRO

13. Inicialmente, cabe frisar que os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no Art. 5º, da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:
- “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”
14. Nesse contexto, esclarecer que esta pregoeira não tem o intuito de defender direitos de terceiros, portanto as eventuais inconsistências na documentação apresentada pela recorrente e pela recorrida que resultariam, ou não, na desclassificação da **White Martins Gases Industriais Ltda** são de inteira responsabilidade dos licitantes.
15. Antes de proceder à análise das RAZÕES DE RECURSO apresentadas pelas empresa **Air Liquide Brasil Ltda**, é imperativo enfatizar que todos os documentos e informações incluídos são de responsabilidade dos licitantes. Além disso, cabe registrar que as especificações, descrições e objetivos utilizados para a seleção do item, bem como a análise da proposta submetida e as diligências necessárias, exigem conhecimentos específicos da área demandante, os quais esta signatária não possui. Por essa razão, essa análise foi realizada juntamente com a área demandante. Portanto, a análise atual se concentrará nos aspectos relacionados às normas de licitações e às boas práticas exigidas pelos órgãos de controle e pela assessoria jurídica da União.

16. A Área Técnica não foi formalmente instada a se manifestar sobre o presente recurso, haja vista que os pontos alegados pela recorrente não estão relacionados diretamente com as questões técnicas do serviço.

17. Passamos a manifestação.

17.1. Considerando que as alegações e as afirmações do recorrente para fundamentar o seu pedido de desclassificação da proposta da empresa White Martins estão pautadas em premissas e interpretações equivocadas dos fatos, da lei e das demais normas do edital, faz-se necessário apresentar algumas ponderações:

a) ao contrário do que aduz o recorrente, não houve e nem há por parte dessa pregoeira nenhum tratamento privilegiado direcionado a qualquer dos licitantes. Distorcer fatos para alçar uma conclusão desejada é uma falácia, e que acaba por macular o princípio da boa fé subjetiva que deve se fazer presente nas relações entre licitantes e o pregoeiro;

b) ao contrário do que aduz o recorrente nos itens 3.1 e 3.2, do Recurso Administrativo, informo que as declarações solicitadas nos itens 3.3. a 3.3.4 e 7.7 e 7.8., do Edital 90012/2024 (UG200406), para fins de habilitação, são aquelas declaradas pelos licitantes em campo próprio do sistema. Ou seja, as declarações válidas para fins de critério de habilitação são aquelas feitas pelo licitante no sistema. Quaisquer outros documentos apresentados de forma excedente pelo licitante foram desconsiderados pela pregoeira. As declarações válidas substituí todas as outras declarações inválidas. Dessa forma, não houve por parte da pregoeira desconsideração de regras previstas no edital convocatório, conforme foi alegado pelo recorrente.

Edital 90012/2024 (UG200406)

[...]

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

[...]

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

[...]

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

[...]

7.7. será verificado se o licitante **apresentou no sistema**, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

[...]

c) ao contrário do que aduz o recorrente nos itens 3.1 e 3.2, do Recurso Administrativo, houve por parte da pregoeira diligência para verificar a exequibilidade da proposta apresentada pela empresa White Martins Gases Industriais Ltda. As 9h39:24h, do dia 23/12/2023, a pregoeira solicitou proposta ajustada ao valor seu último lance, bem como planilha de formação de custo no sentido verificarmos se havia viabilidade em sua proposta. O licitante atendeu prontamente a solicitação e apresentou proposta e planilha de formação de custo. Dessa forma, a alegação do recorrente não prospera ao afirmar que esta pregoeira não diligenciou sobre a exequibilidade da proposta.

Mensagens

Visualize aqui as mensagens da Sessão Pública

Pregão Eletrônico N° 90012/2024

Mensagem do Participante **Item 1**
De 35.820.448/0018-84 - Sr. pregoeiro, vou contactar a diretoria e precisamos de prazo para a negociação.
Enviada em 23/12/2024 às 09:43:44h

Mensagem do Participante **Item 1**
De 35.820.448/0018-84 - Prezado, senhor pregoeiro iremos providenciar a proposta readequada a planilha de formação de custos.
Enviada em 23/12/2024 às 09:42:30h

Mensagem do Pregoeiro **Item 1**
Sr. Fornecedor WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ 35.820.448/0018-84, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Considerando que o valor já está mais de 50% do valor estimado, faço-lhe um contraproposta de apenas R\$ 35,75!.
Enviada em 23/12/2024 às 09:41:42h

Mensagem do Pregoeiro **Item 1**
Para 35.820.448/0018-84 - O Sr. deverá mandar junto a proposta, planilha de formação de custo para verificarmos se há viabilidade em sua proposta!
Enviada em 23/12/2024 às 09:39:24h

Mensagem do Pregoeiro **Item 1**
Para 35.820.448/0018-84 - Bom dia, Licitante! O Sr. tem ciência que sua proposta conforme o Item 6.12. do Edital está com indicio de inexecuibilidade?
Enviada em 23/12/2024 às 09:37:35h

d) ao contrário do que aduz o recorrente, somente em situações extremas o pregoeiro poderá rejeitar lances. Isso normalmente ocorre quando os lances configuram preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, gerando para o pregoeiro presunção absoluta de inexecuibilidade.

Acórdão TCU nº 465/2024 – Plenário

O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei, dar à licitante a oportunidade de

e) ao contrário do aduz o recorrente, a administração pública além de solicitar a planilha de formação de preço também pode diligenciar sobre outros aspectos que demonstra a solvência da empresa. Essa verificação é importante porque indica se a empresa tem recursos suficientes para enfrentar crises financeiras ou períodos de baixa atividade econômica. Isso, consequentemente, poderia comprometer a sua capacidade de cumprir com suas obrigações operacionais e financeira de longo prazo. Em relação a esse aspecto a empresa está com a liquidez e a solvência geral satisfatório, corroborando para que sua proposta seja aceita no âmbito desse pregão;

f) ao contrário do que aduz o recorrente, outras diligências foram adotadas por esta pregoeira para subsidiar sua decisão em aceitar e habilitar a proposta da empresa. Pesquisar sobre a "vida pregressa" da empresa foi uma das diligências. Essa pesquisa foi realizada por meio de consulta ao SICAF e assim sendo não foi verificada nenhuma penalidade ativa por não cumprimento de contrato. Isso poderia fortalecer a ideia de início de inexecução de proposta do licitante, mas tal fato não existe. Outra providência adotada para afastar o indicio de inexecução foi verificar qual era o valor pago pelo serviço prestado pela White Martins, no âmbito do Contrato nº 25/2019, em 20/06/2024, 08059.000010/2024-67 - Processo de Pagamento. O contrato foi encerrado em razão do decurso de prazo. Constatou-se que o valor pago no último ano de contrato por m³ de gás foi R\$ 43,00. Esse valor é bem próximo ao valor ofertado pelo licitante, o que acabou por afastar o indicio de inexecução da proposta.

g) ao contrário do que aduz o recorrente, o valor destinado a cobrir as despesas com os "encargos sociais", que normalmente são INSS, Salário Família, SAT, SESC, SENAI, SEBRAE, INCRA, FGTS e Outros, é compatível com o valor encontrado pela pregoeira em simulação feita para se verificar a exequibilidade da proposta. Contudo, cabe ressaltar que é uma projeção de valores, que pode apresentar variações em relação aos percentuais de aliquotas se considerarmos as particularidades do regime tributário da empresa. Todavia, considerando a média do mercado, o valor de R\$ 6,91 (seis reais e noventa e um centavos) é suficiente para fazer frente as despesas com os "encargos sociais" questionados pela recorrente. Já em relação aos valores indicados para cobrir os "custos de uniforme" e as "despesas indiretas", informo que essas parcelas são renunciáveis e podem sofrer ajustes a depender da política comercial da empresa, não cabendo a administração pública fazer ingerência sobre esses valores. Portanto, entende-se que os valores indicados pela licitante em sua planilha de formação de custo atendem à prestação do serviço licitado.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

g.2) Planilha de Simulação da Pregoeira

Discriminação dos Serviços			
A	Data de apresentação da proposta	01/12/2024	
B	Município	Distrito Federal	
C	Ano de Execução do serviço	2025	
D	Nº de meses de execução contratual	12	

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
Serviço de Fornecimento de Gás Especial	M³	400 m³

Dados da Propostas		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Fornecimento de Gás
2	Categoria de Serviço	7727379
3	Valor do Unitário por m³ do Serviço	R\$ 35,80
4	Produto	Gás Nitrogênio
5	Ano Execução Serviço	10/01/2025

MÓDULO 1 - VALOR BASE DE PRODUÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Valor Base de produção do Serviço de Fornecimento		9,67
TOTAL DO MÓDULO 1			9,67

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS QUINCEIDIM SOBRE SERVIÇO			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	8,33%	0,80
B	Férias e Adicional de Férias (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	12,10%	1,17
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	1,97
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	2,32
B	Salário Educação	2,50%	0,29
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	0,34
D	SESC ou SESI	1,50%	0,17
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,11
F	SEBRAE	0,60%	0,06
G	INCRA	0,20%	0,02
H	FGTS	8,00%	0,93
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	4,24
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
E	Seguro de Vida	-	0,40
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			0,40
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		1,97
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		4,24
2.3	Benefícios Mensais e Diários		0,40
TOTAL DO MÓDULO 2			6,61

17.2. Diante dessas ponderações, e considerando as alegações do Recorrente e o teor das contrarrazões, informo que :

a) a proposta e a planilha de composição de custos, da licitante White Martins, foram devidamente assinadas pela representante legal a Srª. Marcela Cristiane Camara da Silva. A procuração é válida até 05 de dezembro de 2026, conforme anexo 57. procuracao Ditoria Centro Dezembro 2024, no compras.gov.br ;

35.820.448/0018-84
Aceita e habilitada

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LT...
DF

Valor ofertado (unitário)
R\$ 35,8000

Valor negociado (unitário)
-

Negociação: Encerrada

Envio de anexos: Encerrado

PROPOSTA

ANEXOS

CHAT

[...]

56.CNH_Marcela .pdf23/12/2024 16:35:22

57.Procuracao Diretoria Centro Dezembro 2024 (1).pdf23/12/2024 16:35:22

Solicitar envio de anexos

b) Houve o cumprimento dos requisitos descritos nos Itens 3.3. a 3.3.4 e 7.7 e 7.8., do Edital 90012/2024 (UG200406), pela empresa **White Martins Gases Industriais Ltda.** Eles foram verificados pela pregoeira a partir das declarações apresentadas pela empresa no campo próprio do sistema, que encontra-se consignada no Relatório Declarações do comprasnet. Dessa forma, as alegações recorrente pede o objeto, haja vista que todos os documentos apresentados pelos licitantes de forma excedente foram desconsiderados pela pregoeira.

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

c) Após diligência, confirmamos que a empresa **White Martins Gases Industriais Ltda** tem um contrato firmado com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cujo valor cobrado neste contrato é similar ao que foi ofertado no Pregão nº 90012/2024 (UG200406), como está detalhado no Item 7 da Cláusula Primeira do Termo Aditivo nº 03 ao Contrato nº 34907.22/008-08, cópia anexa. Esta informação indica viabilidade e fortalece a decisão assertiva da pregoeira em aceitar e habilitar a proposta da empresa no âmbito deste pregão.



Gerência-Geral de Administração
TERMO ADITIVO

TA SAIC Nº 34907.22/0008-0-03

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE GASES ESPECIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E A EMPRESA WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:

A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, empresa pública federal prestadora de serviço público, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, instituída por força do disposto na Lei 5.851/1972, alterada pela Lei 12.383/2011, com Estatuto aprovado pelo Decreto 7.766, de 25 de junho de 2012, alterado pela 8ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 24 de Abril de 2024 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 25 de abril de 2024, edição nº 80, Seção 1, página 16, conforme o parágrafo único do artigo 72 do Decreto 8.945/2016, CNPJ 00.348.003/0001-10, sediada em Brasília/DF, no Parque Estação Biológica - PqEB, s/nº, via W3 Norte (Final), Edifício Sede, CEP: 70770-901, e-mail aju.sjud@embrapa.br, doravante designada simplesmente **Embrapa**, neste ato representada por sua Gerente Geral de Administração, em exercício, Sra. **ERICA MOREIRA TORRES**, Brasileira, CPF Nº 826.337.031-00, cujos poderes foram delegados pela nº 2002, de 02/12/2024, em conjunto com Gerente-Adjunta de Contratações, Patrimônio e Suprimentos, em exercício, Sra. **CÁTIA DA SILVA SALES BALDEZ**, Brasileira, CPF Nº 783.029.601-44, cujos poderes foram delegados pela Portaria nº 1681, publicado no BOCA nº 49 de 01/10/2024, doravante designada simplesmente **Embrapa**, e, de outro lado, a empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.820.448/0018-84, sediada no SIA/SUL, QUADRA 03, Nº 1125, Bairro SIA - Setor de Indústria e Abastecimento - Brasília/DF - CEP 71.200-030, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por **RICHARDSON DE SOUZA TEIXEIRA**, Administrador, portador da Cédula de Identidade nº 10813069-1 - IFP/RJ e CPF nº 076.688.127-09 e do Gerente Executivo **DANIEL JORGE SILVA e ZAROUR**, portador da Cédula de Identidade nº 11172002 - SSP-MT e CPF nº 698.565.911-04, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, publicada no DOU de 17/10/2022 Seção 03, processo administrativo SEI nº 21151.000937/2022-45, resolveram celebrar o presente **Termo Aditivo nº 03** ao contrato de **FORNECIMENTO PARCELADO DE GASES ESPECIAIS**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, doravante denominado "Regulamento" e pelas seguintes cláusulas e condições, aprovados pelo Parecer Jurídico nº 119001/2024 (11437725)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a **prorrogação do contrato** por 12 (doze) meses, com início em **6/12/2024** e término em **6/12/2025** e o **reajuste** de 4,44%, aplicação do índice IPCA, passando o valor global do contrato correspondente aos 12 meses para R\$ 214.109,56 (duzentos e quatorze mil cento e nove reais e cinquenta e seis centavos), e compreende todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. Os valores reajustados ficarão distribuídos da seguinte forma:

[...]

7	Fornecimento de Gás Nitrogênio (N2) com pureza de 99,999%, grau 5.0 analítico, em cilindro com capacidade volumétrica de água de 50,0 litros	Metro cúbico	261	135	396	R\$ 30,85	R\$ 8.052,26	R\$ 4.164,96	R\$ 12.217,22
---	--	--------------	-----	-----	-----	-----------	--------------	--------------	---------------

17.3.

Dessa forma, e considerando:

- a realidade tributária de cada empresa;
- que a empresa apresentou planilha de formação de custo juntamente com a sua proposta;
- que no direito administrativo o ônus da prova cabe àquele que alega os fatos;
- que a proposta apresentada pela White Martins não apresenta nem preços simbólicos e nem irrisórios;
- que na proposta estão incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- f) que independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento das faturas serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- g) que não há previsão no edital de exigência de planilha em formato mais analítico para comprovação de formação de preço;
- h) que o valor reservado para fazer frente aos encargos sociais é satisfatório;
- i) que o Recorrente não apresentou provas materiais irrefutáveis dos indícios da não conformidade de inexecutabilidade da proposta da recorrida, principalmente, em relação aos encargos sociais.
- j) que em diligências realizadas por esta pregoeira constatou-se que os valores praticados pela White Martins em contratos anteriores firmados com a Polícia Federal e com outros entes da administração pública indireta são compatíveis com os valores apresentados na proposta;

Não verifica-se justificativa legal e nem técnica que justifique a desclassificação da empresa **White Martins Gases Industriais Ltda**, por indício de inexecutabilidade de sua proposta, tendo em vista que não tem nas alegações do Recorrente nenhuma prova material irrefutável capazes de mudar o entendimento desta pregoeira sobre a exequibilidade da proposta.

18. Nessa perspectiva, e reportando-me as decisões do Tribunal de Contas da União - TCU, sobre o tema apresentado no recurso, bem como considerando que a atuação dessa pregoeira foi pautada com base na aplicação harmônica dos princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade e do julgamento objetivo, e após verificação cuidadosa das "razões do recurso" e das "contrarrazões", entende-se que o recurso não merece acolhimento, pois as alegações da empresa **Air Liquide Brasil Ltda** não são matematicamente capazes de modificar e afastar o entendimento desta signatária sobre aceitação e habilitação da proposta da empresa **White Martins Gases Industriais Ltda**.

CONCLUSÃO

19. Ante o exposto, **s.m.j. entende-se**, com alicerce nos princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade e do julgamento objetivo, bem como tendo por base as considerações citadas acima, **por**:

- a) conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso administrativo interposto por **Air Liquide Brasil Ltda**;
- b) manter a decisão recorrida de aceitar e de habilitar a empresa **White Martins Gases Industriais Ltda**, CNPJ 35.820.448/0018-84, para fornecer o item 1, do Pregão Eletrônico nº 90012/2024(UG200406) - DITEC/PF;

20. As razões recursais, juntamente com este Parecer e demais documentos comprobatórios, deverão ser submetidos à Autoridade Competente para decisão final.

Brasília/DF, data e assinatura digital

FERNANDA OLIVEIRA SANTOS

Pregoeira - Titular
CPL/DILOG/DITEC/PF

JULIANA PRIMO FEITOZA

Pregoeira - Substituta
CPL/DILOG/DITEC/PF



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA OLIVEIRA SANTOS**, **Agente Administrativo(a)**, em 06/01/2025, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA PRIMO FEITOZA**, **Agente Administrativo(a)**, em 06/01/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=39028905&crc=2FA2E86A.
Código verificador: **39028905** e Código CRC: **2FA2E86A**.